

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

YASLAN LOPES GARCIA

**AMÉRICA-LATINA: DA INTEGRAÇÃO INDUZIDA PELAS EXPORTAÇÕES À
INTEGRAÇÃO VIA MERCOSUL (1940-2017)**

**NATAL
2018**

YASLAN LOPES GARCIA

**AMÉRICA-LATINA: DA INTEGRAÇÃO INDUZIDA PELAS EXPORTAÇÕES À
INTEGRAÇÃO VIA MERCOSUL (1940-2017)**

Trabalho de Monografia apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Denílson da Silva Araújo

**Natal
2018**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Garcia, Yaslan Lopes.

América-Latina: da integração induzida pelas exportações à
integração via Mercosul (1940-2017) / Yaslan Lopes Garcia. -
Natal, 2018.
52f.: il.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, Departamento em Economia.
Orientador: Prof. Dr. Denílson da Silva Araújo.

1. Comércio internacional - Monografia. 2. Mercosul -
Monografia. 3. Integração Regional - Monografia. 4. América
Latina - Monografia. I. Araújo, Denílson da Silva. II. Título.

RN/UF/CCSA

CDU 339.9

YASLAN LOPES GARCIA

**AMÉRICA-LATINA: DA INTEGRAÇÃO INDUZIDA PELAS EXPORTAÇÕES À
INTEGRAÇÃO VIA MERCOSUL (1940-2017)**

Trabalho de Monografia apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Denílson da Silva Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Convidado: Prof. Dr. Marconi Gomes da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Natal
2018

À minha Mãe, por ver em mim seu sonho realizado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por de uma forma ou de outra ter me ajudado a concluir esse trabalho. Agradeço também à minha Vó, Edite Bezerra, que se foi enquanto eu estava às voltas com a escrita destas páginas e apenas me permitiu que eu chegasse a tempo de me despedir. Um muito obrigado à minha Tia-Avó, Tia Melânia, a quem eu pedi que me pusesse em suas orações e ela tão gentilmente aceitou.

Agradeço imensamente à minha mãe, Socorro Lopes, pela confiança, carinho, atenção, paciência e amor. Só ela sabe o quanto eu sonhei para que esse dia chegasse.

Agradeço ao meu Orientador Professor Dr. Denílson Araújo pelos votos de confiança e paciência e por ser a luz que me guiou até o final dessa jornada.

Por fim, mas não menos importante, de todo meu coração, agradeço à Kaline Stephania por fazer a ponte entre mim e meu Orientador e por ser o elo perdido/achado dos Lopes dentro do curso. Também agradeço a Waniclécia Luiz, que desde a matrícula no distante ano de 2012, me acompanha, apoia e sente junto comigo os percalços de ser adulto.

A todos os meu amigos e colegas de cursos que me cobraram, acreditaram, desacreditaram e voltaram a acreditar, o meu muito obrigado.

“Mas eu nunca poderia ter feito o que fiz sem os hábitos de pontualidade, ordem e diligência, sem a determinação de me concentrar em um objetivo a seguir, que eu então definia.”

(David Copperfield – Charles Dickens)

RESUMO

O processo de integração na América-Latina é relevante para o desenvolvimento da região. As assimetrias presentes e constantes nos países latino-americanos são importantes pontos de compreensão para que se entenda a ocorrência de falhas no desenvolvimento dos mesmos, além da quase exclusiva dependência de exportações de *commodities* para os mercados desenvolvidos e dos aportes financeiros do mercado internacional. O objetivo deste trabalho é abordar o processo integracionista da América-Latina desde as primeiras décadas do século XX até os dias atuais. Analisar-se-á bibliografia considerável, bem como dados disponíveis para compreender a integração regional e suas peculiaridades. E, neste ínterim, dentre as abordagens históricas, políticas, sociais e econômicas e na perspectiva de integração regional, dar-se-á ênfase ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), como componente estrutural importante aos países do Cone Sul latino-americano. Diante de tais aspectos, o processo integracionista da região apresenta falhas que merecem um maior empenho por parte das agendas governamentais dos países do Cone Sul latino-americano.

Palavras-chave: Mercosul, Integração Regional; América-Latina.

ABSTRACT

The process of integration in Latin America is relevant to the development of the region. The asymmetries present and constant in the Latin American countries are important points of understanding to understand the occurrence of failures in their development, in addition to the almost exclusive dependence on exports of commodities to the developed markets and the financial contributions of the international market. The objective of this work is to approach the integrationist process of Latin America from the first decades of the twentieth century to the present day. Considerable bibliography as well as data available to understand regional integration and its peculiarities will be analyzed. In the meantime, among the historical, political, social and economic approaches and in the perspective of regional integration, emphasis will be given to the Southern Common Market (MERCOSUR), as an important structural component to the countries of the Latin American Southern Cone. In face of these aspects, the integration process of the region presents flaws that deserve a greater commitment on the part of the governmental agendas of the countries of the Latin American South Cone.

Key-words: Mercosul; Regional Integration; Latin-America.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mercosul: evolução das exportações de cada país intrabloco (%): 1990 – 2004.	27
Tabela 2 - Aportes financeiros do Focem por país.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
BC	Banco Central
BCB	Banco Central do Brasil
BCP	Banco Central do Paraguai
BCRA	Banco Central da República da Argentina
BCU	Banco Central do Uruguai
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CELAC	Comunidade Andina de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural
FONPLATA	<i>Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata</i>
GATT	<i>General Agreement on Tariff and Trade</i>
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
PARLASUL	Parlamento do Mercosul
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
SACU	União Aduaneira da África Austral
SMC	Sistema de Pagamentos em Moeda Local
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiro
TEC	Tarifa Externa Comum
UE	União Europeia
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LATINO – AMERICANA (1940 a 1980)	12
1.1. Fatores que Levam a Transição para uma Economia Industrial Induzida pela Exportação.....	13
1.2. Processo de Industrialização Induzido pela Substituição de Importações.....	14
1.2.1 O Processo de Substituição de Importação: o caso brasileiro.....	15
1.2.2 O Processo de Substituição de Importação: o caso mexicano.....	17
1.2.3 O Processo de Substituição de Importação: o caso argentino.....	18
1.3 Efeitos Colaterais da Industrialização Induzida: a questão inflacionária.....	20
1.4 Aspectos Econômicos das Maiores Economias da América-Latina.....	21
2. MERCOSUL: A BUSCA PELA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	25
2.1. A Gênese do Mercosul.....	26
2.2. Crises Brasileira e Argentina e os Novos Rumos Do Mercosul.....	29
2.3. Cooperação Financeira no Mercosul.....	31
2.4. Entrada da Venezuela no Mercosul: período recente.....	34
3. OS DILEMAS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO CONE SUL	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

A integração da América-Latina é tema recorrente na agenda de governos, instituições de ensino e *think tanks* de organizações e institutos econômicos regionais. Levando em conta os vários acordos regionais que propõem uma dinâmica integracionista, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é o mais significativo na região mais ao sul do continente. Significativo porque engloba o Brasil e Argentina, respectivamente primeira e segunda maiores economias do Cone Sul.

De forma geral, o MERCOSUL é importante pois esse bloco econômico se configura em processo de união aduaneira imperfeita, e, no mais, são feitos esforços para o avanço e consolidação plena do bloco, porém esse processo de consolidação encontra obstáculos difíceis de serem ultrapassados, gerando perda de oportunidades de integração e de meios de sanar as assimetrias existentes entre os Estados-parte.

Diante de tal quadro, o presente trabalho tem por objetivo geral entender o processo de integração na América-Latina e como objetivos específicos estudar o MERCOSUL como bloco relevante no processo de integração da região e os aspectos que levaram esse bloco a ser deficiente na investidura de seus objetivos integracionistas.

A metodologia usada foi a de revisão bibliográfica e levantamento de dados coletados através de artigos e portais de internet.

O trabalho é composto por esta introdução, três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo aborda a história da integração latino-americana a partir do início do século XX. O segundo capítulo analisa especificamente o MERCOSUL desde sua concepção até o período mais recente. No terceiro capítulo procurou-se analisar os entraves e avanços atingidos pelo bloco com relação à importância do Mercosul para a consolidação de um processo de integração regional com ampliação e modernização das estruturas produtivas da região.

1. O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LATINO – AMERICANA (1940 a 1980)

A literatura clássica que trata sobre o desenvolvimento das economias sul-americanas, registra que desde o início do seu processo de industrialização, entre o final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, o continente tem ocupado, como área periférica na economia mundial, a função de exportador de matérias-primas. Como consequência, houve uma maior importância da sociedade comercial e industrial, predominantemente urbana, forçando mudanças sociais do final do século XIX e início do século XX.

O desenvolvimento dos países da região se apresentou como desigual, onde os países mais ao sul do continente, predominantemente de clima temperado, receberam uma maior parte de capitais e população europeus.

Nessas regiões, o desenvolvimento econômico foi particularmente intenso durante essa primeira fase e esteve acompanhado de um processo precoce de urbanização e outras mudanças sociais” (FURTADO, 1986, p. 67)

O que ocasionou maior rapidez a elevação do padrão de vida dessas regiões se comparadas aos outros países mais ao Norte do Continente latino-americano.

Contudo, as desigualdades existentes no conjunto das economias latino-americanas não impediram que as suas respectivas condições socioeconômicas fossem basicamente as mesmas: forte heterogeneidade econômica regional e setorial (presentes internamente nas economias do continente, mas também entre as economias da região); forte concentração da renda; baixos salários; mão de obra pouca qualificada tecnicamente e de baixa escolaridade etc. É desse, quadro econômico e social, que será erigida a industrialização Sul Americana.

O processo de industrialização ocorrido nos países latino-americanos foi originário de duas fases: a primeira induzida pela expansão das exportações e a segunda realizada através do processo de substituição de importações. Países como Brasil, México e Argentina tiveram destaque no desenvolvimento de suas indústrias, já que possuíam características catalizadoras desse processo.

A seguir serão abordados os fatores do processo industrial induzido pela exportação.

1.1. Fatores que Levam a Transição para uma Economia Industrial Induzida pela Exportação

O caso latino-americano de industrialização induzida pela exportação era caracterizado pela especialização na produção de matérias primas para o mercado externo. As economias exportadoras de produtos primários possuidoras de elevada produtividade, edificaram um mercado interno que consumia produtos manufaturados originários de importação. Esse mercado interno, ao atingir tamanho considerável e com o auxílio de políticas protecionistas, “seria suficiente para provocar um surto industrial, tanto mais que os investimentos industriais se beneficiariam das economias externas proporcionadas pela infraestrutura já instalada”. (FURTADO, 1986, p. 116).

Segundo Furtado (1986), esses são os pontos apontados como indutores da indústria em alguns países latino-americanos:

- a) Natureza da atividade exportadora, da qual depende a quantidade relativa de mão-de-obra a ser absorvida no setor de produtividade elevada e em expansão;
- b) Tipo de infraestrutura exigido pela atividade exportadora: a agricultura de clima temperado criando uma grande rede de transportes; a agricultura de clima tropical, concentrada em áreas limitadas e muitas vezes em regiões montanhosas, satisfazendo-se com uma infraestrutura mais modesta; a produção mineira requerendo uma infraestrutura especializada, na maioria dos casos criadoras de escassas economias externas para o conjunto da economia nacional;
- c) Propriedade dos investimentos realizados na economia de exportação: a propriedade estrangeira reduzindo a parte do fluxo de renda do setor em expansão que permanece no país; recaindo nas economias mineiras de exportação a maior incidência da propriedade estrangeira, os aspectos negativos destas se viram agravados;
- d) Taxa de salário que prevalece no setor exportador na fase inicial, a qual depende principalmente das dimensões relativas do excedente de mão-de-obra;
- e) Dimensão absoluta do setor exportado, a qual reflete na maioria dos casos a dimensão geográfica e demográfica do país. (FURTADO, 1986, p. 117)

Os fatores anteriormente apresentados caracterizaram como sucedeu esse processo de industrialização em alguns países da América-Latina. A seguir, será registrado como as crises e debilidades da economia mundial fizeram com que surgisse uma segunda fase de industrialização, tendo como base o processo de

substituição de importações, sendo as primeiras indústrias instaladas em setores voltados ao consumo final¹.

1.2. Processo de Industrialização Induzido pela Substituição de Importações

A dependência das exportações de produtos primários era uma característica das economias latino-americanas. Entretanto, no final da década de 1920, a grande crise mundial afetou o processo de industrialização dessas economias, ocasionando que a indústria fosse “principalmente induzida pelas tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador”. (FURTADO, 1986 p.123), porém em alguns países em fase de industrialização anterior, tais como Brasil, Argentina e México, já apresentavam sinais de esgotamento desse modelo de industrialização antes da crise de 1929. Sendo uma característica do setor industrial – a de “multiplicador do emprego do setor exportador” (FURTADO, 1986, p.126) –, era necessário que este se diversificasse e gerasse auto demanda; “isto é, que se instalassem indústrias de equipamentos e outras, cujo produto, fosse absorvido pelo próprio setor industrial e outras atividades produtivas” (FURTADO, 1986, p. 126).

A crise de 1929 também foi responsável pela quebra na capacidade de importar, na contração do setor exportador, na inexistência de fontes de financiamentos internacionais e, cabe destacar, que o capital utilizado na implementação e expansão do setor industrial, vinha, essencialmente, de origem internacional. Isso ocasionou para que algumas das economias latino-americanas entrassem num processo de “expansão do setor industrial ligado ao mercado interno, num esforço de substituição total ou parcial de bens que anteriormente vinham sendo adquiridos no exterior” (FURTADO, 1986, p. 127), comumente conhecido como processo de substituição de importações.

Na década subsequente, os países latino-americanos conseguiram aumentar seus respectivos coeficientes de industrialização, devido, particularmente, ao processo de substituição de importações. Porém, com a retomada do crescimento do comércio mundial no Pós-Guerra, a demanda por matérias-primas cresceu de forma acentuada, levando esses mesmos países a perderem intensidade no processo de industrialização por meio de substituição de importações.

¹ Indústrias nos setores têxtil e de alimentos.

De acordo com Furtado (1986) Argentina, Brasil e México são os únicos países da América-Latina que passaram pela fase de industrialização induzida pela substituição de importação em sua plenitude.

Cabe salientar também o papel do Estado nessa fase de industrialização. O Estado participou ativamente, pelo menos no que se refere ao Brasil, Argentina e México, condicionando uma maior concentração dos investimentos em setores estratégicos à industrialização nacional, assegurando vivacidade aos setores exportadores, captadores de divisas necessárias ao processo de industrialização. Portanto, a produção industrial foi direcionada a satisfazer a demanda interna desses países que antes era suprida pelas importações. Por fim, é importante falar que o processo de industrialização induzido pela substituição de importação foi “um fenômeno dos anos trinta e do período da guerra, isto é, da fase em que a contração da capacidade de importar permitiu que se utilizasse intensamente um núcleo industrial surgido na fase anterior” (FURTADO, 1986, p. 134).

1.2.1 O Processo de Substituição de Importação: o caso brasileiro

O Brasil, assim como os demais países latino-americanos, possuía uma economia especializada na exportação de matérias-primas que abasteciam o comércio mundial no período inicial do século XX. Com a crise mundial de 1929, o Brasil perdeu considerável capacidade de importar afetando, na década seguinte, sua recuperação econômica. Porém, apesar da crise abalar a economia brasileira, o Brasil, dentre as economias da região, foi o país que conseguiu recuperar sua economia mais rapidamente, a níveis pré-crise, dado que possuía uma indústria diversificada, e mercado interno relativamente amplo herdados do setor exportador de matérias-primas. Assim, o processo de substituição de importação toma impulso puxado pela demanda interna e pelo estímulo criado por políticas governamentais² feitas para proteger o setor industrial emergente.

Contudo, nesse processo de expansão e diversificação da atividade industrial, o desenvolvimento regional brasileiro saiu debilitado, já que a região centro-sul do país era quem liderava o processo industrial, com especial destaque para o estado de São Paulo cuja elite cafeeira se transformou também em empresários do setor industrial, ocasionando maior desigualdade no desenvolvimento das demais regiões

² Políticas cambial e comercial.

do país³. Mello (1998) apontou outro aspecto importante desse período inicial da industrialização brasileira, já que o processo industrializante era restringido porque existia insuficiência de bases técnicas e financeiras para que o setor industrial se desenvolvesse de forma sustentável, ou seja, houve a implementação da indústria no setor de bens de consumo, mas essa era dependente da demanda interna e da capacidade para importar e, portanto, limitada por elas. O autor também mostrou o fato de que “nenhuma indústria pesada surgiu a partir da expansão do mercado interno de bens de consumo final” (MELLO, 1991, p. 111) sendo necessário para que isso ocorra a inovação tecnológica.

Inovação tecnológica e de processos são características fundamentais para explicar o crescimento industrial de qualquer economia. No caso brasileiro de industrialização tardia, essas características pertenciam aos grandes oligopólios de países industrializados, ditos de primeiro mundo. Portanto, a indústria nacional não se encontrava apta por si só a dar o grande salto transformador de uma indústria de bens de consumo final, pouco diversificada e beneficiada por políticas protecionistas, para uma indústria pesada, extremamente eficaz no desenvolvimento da economia brasileira.

Diante do quadro da indústria nacional anteriormente exposto, sua situação só vai se modificar a partir da década de 1950. Assim, na primeira metade da década de 1950, com a elevação dos preços do café, que no período era o principal produto de exportação brasileiro, os empresários do setor exportador resolveram “importar em grande quantidade equipamentos e investir nos mais variados setores da atividade interna ” (TAVARES, 1983, p. 61) levando, com isso, a um importante e primordial desenvolvimento industrial no período seguinte.

As bases do nascimento e crescimento da indústria pesada estavam postas de um lado pelo papel do capital internacional aproveitando o novo processo de acumulação e, por outro lado, o Estado agindo de forma a incentivar e proteger os interesses da indústria oligopolista. Com isso, a indústria pesada passou por um período de “expansão, entre 1956 e 1961, e o de depressão, entre 1962 e 1967”. (MELLO, 1998, p. 129-130).

O Estado teve primordial importância na manutenção e expansão do processo de substituição de importação, pois adotou políticas econômicas visando a proteção

³ Ver mais sobre o assunto em Cano (1988).

da indústria e do mercado interno, orientando, por exemplo, o comércio exterior com o objetivo de dar prioridade para importação de bens de capital e insumos essenciais, bem como iniciou um processo de investimentos diretos na economia, criando estatais tais como a Petrobras e o principal banco de investimento brasileiro, o BNDES. (TAVARES, 1983, p. 62).

Por fim, as mudanças sociais apresentadas no centro-sul do país foram de grande importância no desenvolvimento brasileiro da primeira metade do século XX, dado que foi o período de maiores transformações no que tange à ocupação do espaço geográfico brasileiro. O êxodo do campo para a cidade, caracterizado por uma massa de trabalhadores e desempregados influenciaram, mas não como únicos agentes, a mudanças na renda de vários setores da economia. Soma-se a esse fenômeno a formação de uma classe média composta por comerciantes, profissionais liberais e servidores públicos que efetivamente consumiam produtos industrializados dinamizando esse setor pelo lado da demanda. A expansão das cidades, com destaque para São Paulo como centro industrial e Rio de Janeiro como centro do governo, trazendo consigo não só crescimento do centro urbano como também áreas marginalizadas e ocupadas de forma regular, que concentram a pobreza e desigualdades da sociedade brasileira até hoje, são, de forma geral, as principais características sociais gestadas pelas modificações da economia brasileira.

1.2.2 O Processo de Substituição de Importação: o caso mexicano

O México apresentava no final do século XIX e início do século XX características econômicas semelhantes aos demais países latino-americanos, ou seja, economia essencialmente rural e predominância de exportações de produtos primários como minérios e petróleo. Ainda durante os primeiros anos do século XX a desigualdade social e econômica existente no México foi o catalizador de mudanças profundas que afetaram o *status quo* e culminaram na Revolução Mexicana de 1910. Essa revolução trouxe as mudanças necessárias que em 1917, com o advento da nova Constituição, pautou as decisões, reformas e políticas governamentais para as próximas décadas, culminando na paz social e nos ajustes na economia mexicana.

Contudo, a crise de 1929 afetou a economia mexicana, à semelhança das demais economias latino-americanas, debilitando o setor exportador e reduzindo

drasticamente o PIB mexicano. Foi só nos anos 1933-1934 que a dinamicidade econômica foi recuperada, devido, mas não unicamente, à elevação dos preços das *commodities* mexicanas.

O processo de substituição de importação no México só começou a partir de 1940, podendo ser classificado em três etapas:

[...] a primeira delas, que se estendeu de 1940 a 1956, foram substituídos principalmente bens de consumo não duráveis e foram importados bens intermediários de origem industrial e bens de capital [...]. A segunda fase, dada durante o período de 1956 a 1970, contou com o aprofundamento da produção de bens intermediários e de consumo durável, [...]. A terceira e última etapa deu-se nos anos 1970 a 1982, durante os quais foram produzidos internamente alguns bens de capital, especialmente aqueles relacionados as indústrias petrolíferas e elétricas [...] (OSORIO apud BENATTI, 2010, p. 108)

Durante o período que compreende de 1940 a 1980 o México se modernizou melhorando vários de seus índices socioeconômicos, como por exemplo, alfabetização, aumento de anos de estudo, crescimento econômico, o país passou a ser majoritariamente urbano e o total de habitantes do país cresceu. Porém, devido ao endividamento externo, as crises do petróleo durante a década de 1970, ao fracasso de algumas reformas e às crises sucessivas em sua balança de pagamentos, a economia mexicana entrou em colapso passando a adotar políticas neoliberais durante a década de 1980, assinando, mais tarde, o tratado de livre comércio com seus vizinhos ao norte, o NAFTA.

1.2.3 O Processo de Substituição de Importação: o caso argentino

A Argentina não fugiu à regra de economia exportadora de matérias-primas à semelhança das demais economias do continente latino-americano durante o início do século XX. Sendo seus principais produtos de exportação a carne bovina e cereais, trigo principalmente.

O sistema dinâmico exportador da economia criou demanda interna de produtos importados, que por sua vez era condicionada a capacidade de importar da economia. Ao ser afetada pela crise de 1929, a economia argentina, assim como a dos demais países latino-americanos, foi obrigada a proporcionar meios que alavancassem o crescimento econômico e atendessem a demanda interna de bens importados, sendo a porta de entrada para o processo de substituição de importação.

A diversificação da indústria argentina teve ainda um fator importante: a entrada de capital norte-americano. A Argentina foi signatária de um acordo bilateral firmado em 1933, conhecido como Roca-Runciman, com a Inglaterra que garantia de um lado o mercado inglês para os produtos agropecuários argentinos e de outro lado o mercado argentino para os produtos manufaturados ingleses, sobretaxando os produtos manufaturados oriundos de outros destinos. Mas a aplicação dessa barreira auxiliou na atração de investimentos oriundos dos EUA no setor industrial argentino, diversificando-o e implementando avanços tecnológicos nos seus processos de produção. (VILLANUEVA apud MATTEI, SANTOS JUNIOR, 2009, p. 101)

Durante a década de 1930 a Argentina era a nação da América-Latina que possuía o maior índice de industrialização se comparada aos demais países do continente. No mais, sua indústria era bastante diversificada, pois como anteriormente dito, possuía assistência técnica norte-americana, sendo o setor industrial importante dinamizador de sua economia.

No período da Segunda Guerra a economia argentina se viu influenciada de duas formas, externamente, na falta de capacidade de importar bens de capital e internamente, na oportunidade de dinamizar ainda mais o processo de substituição de importação. O setor exportador industrial teve desempenho relativamente bom durante esse período, levando o governo a adotar políticas de restrição de importação e promoção da atividade industrial, inclusive orientando a produção industrial para outros setores dinamizadores da economia.

Nas décadas subsequentes esse processo industrializante foi cada vez motivado pelas políticas públicas e pela criação de instituições de promoção à atividade industrial. Contudo, é importante salientar que a indústria argentina era dependente de capitais estrangeiros e de bens de capital importados, sendo assim vulnerável às crises e restrições externas à sua economia.

Por fim, ao longo da década de 1970 o país sofreu turbulências de ordem econômicas, sociais e políticas. As crises da dívida e do petróleo, a hiperinflação, a política de abertura de seu mercado, possibilitando a livre concorrência entre as indústrias argentinas e estrangeiras e a falta de compromisso político levaram o país a colapsar selando, de uma vez por todas, os ganhos adquiridos com o processo de substituição de importação e levando o país à desestabilização econômica e social.

1.3 Efeitos Colaterais da Industrialização Induzida: a questão inflacionária

Diante do quadro apresentado no tópico anterior, é necessário começar a listar as consequências que o desenvolvimento orientado pela indústria ocasionou nas economias latino-americanas. Dentro desse quadro de mudanças, a inflação se fez forte questão estrutural dentro dessas economias.

O modelo de desenvolvimento voltado para a exportação, praticado por todos os países da América-Latina, era inflexível, ou seja, não possuía capacidade mutacional para transformar as estruturas econômicas que seriam responsáveis pelo desenvolvimento e crescimento econômico autossustentado. De certa forma, essa postura rígida provocou, com o passar do tempo, a falta de integração, desenvolvimento e crescimento econômico regional.

Furtado (1986) aponta alguns focos de pressões inflacionárias básicas. São eles:

- a) *Inelasticidade da oferta de produtos agrícolas.* Se as estruturas agrícolas latino-americanas se haviam adaptado para responder ao crescimento da demanda de uns poucos produtos de exportação, o mesmo não se pode dizer com respeito à expansão da demanda interna. [...] Ao contrário da agricultura tradicional de exportação, cujo crescimento podia ser extensivo, a agricultura de mercado interno teria de abrir caminho elevando seu nível tecnológico. Caso contrário, as zonas urbanas seriam submetidas a uma escassez relativa de produtos agrícolas, cujos preços tenderiam a elevar-se [...].
- b) *Inadequação da infraestrutura.* Os transportes e outros serviços básicos, havendo sido construídos em função de uns poucos produtos homogêneos de exportação, apresentam, muitas vezes um grau de inadequação considerável aos requerimentos da nova estrutura produtiva [...] Evidentemente, este problema era menos grave em uns países que em outros, contudo em todos eles se apresentava em grau não negligenciável. [...] A infraestrutura financeira também exigia importantes adaptações. O financiamento de produtos homogêneos, de tipos padronizados, com demanda nos grandes centros internacionais, constitui operação relativamente simples, quando a comparamos com o financiamento de uma produção agrícola altamente diversificada e com condições de armazenamento precário. [...].
- c) *Inadequação do fator humano disponível a curto prazo.* Na maior parte dos países, se bem fosse abundante a oferta de mão-de-obra, inexistia força de trabalho adequada às atividades industriais [...] À exceção dos países que se haviam beneficiado de imigração europeia recente, era escassa a experiência empresarial no setor industrial. [...] a economia tradicional de exportação não favorecia o desenvolvimento da capacidade inovadora [...].
- d) *Inadequação das estruturas fiscais.* [...] as receitas fiscais dependiam essencialmente do comércio exterior, particularmente das importações. Ao reduzir-se esta fonte fiscal, tentou-se uma conversão para o imposto do consumo, de elevado custo de arrecadação. Em razão de sua estrutura regressiva, este imposto era muito pouco elástico em função das elevações do nível da renda interna [...] De maneira geral, as estruturas impositivas são extremamente regressivas e inelásticas ao crescimento da renda, quando este ocorre em atividades ligadas ao

mercado interno. Assim, na fase em que as inversões públicas deviam expandir-se, a capacidade arrecadadora do Estado tornou-se mais cara e mais inelástica. Como as possibilidades de financiamento externo se haviam reduzido ou mesmo desaparecido nos quinze anos que se seguiram a crise de 1929, e inexistiam mercados financeiros capazes de absorver emissões públicas, por toda parte os Governos passaram a depender, em maior ou menor grau, de avanços do sistema bancário, com redesconto automático, para financiar os investimentos ou mesmo para cobrir uma parte dos gastos correntes. A modernização dos sistemas fiscais, em função das novas responsabilidades assumidas pelo governo e do novo tipo de economia que estava surgindo se fazia lentamente. Desta forma o próprio setor público transformou-se em fator de rigidez das estruturas, mesmo ali onde o Governo procurou por outros meios abrir caminhos ao desenvolvimento.

- e) *Aumento dos encargos financeiros.* Como os investimentos se estavam realizando em condições de pressão sobre a balança de pagamentos, ou mesmo de declínio na capacidade para importar, os preços dos equipamentos (importados em sua quase totalidade) tenderam a elevar-se em termos relativos. Seria, portanto, necessária maior taxa de poupança para alcançar a mesma taxa de investimentos em termos reais. Os encargos financeiros das empresas teriam que aumentar, o que constitui um fator de pressão no sentido de elevação do nível de preços. (FURTADO, 1986, p. 138-141, GRIFOS DO AUTOR)

A partir dos pontos mencionados acima cabe dizer que esses fatores variavam de país para país. Além desses focos básicos de pressões inflacionárias, ocorriam também os fatores circunstanciais que muitas vezes se comportavam como catalizadores de novas pressões. Já no que se refere ao papel do Estado, este possui vital importância no controle da inflação através de políticas econômicas adotadas e implementadas por ele.

Dando continuidade ao estudo do comportamento das economias latino-americanas, analisar-se-á o desenvolvimento progressivo das estruturas econômicas desses países.

1.4 Aspectos Econômicos das Maiores Economias da América-Latina

A análise dos aspectos econômicos das maiores economias latino-americanas (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela), tem por base o texto de Furtado (1986) e seu estudo a respeito dos indicadores macroeconômicos a partir da década de 1950. Portanto, cabe assinalar aqui alguns pontos: o primeiro deles é o de que em quase todas as economias estudadas a participação da agricultura no PIB cai consideravelmente; o segundo é o de que entre as décadas de 1950 e 1970, as taxas médias anuais de crescimentos dessas economias também aumentaram, à exceção da Argentina e do Chile. Furtado (1986)

classificou os países estudados em três categorias, de acordo com os seus respectivos comportamentos econômicos. São elas:

[...] os países com coeficiente de importação elevado [...]; [...] países em que o coeficiente de importação conheceu um longo período de declínio, mas onde o impulso de industrialização é suficientemente forte para sustentar o desenvolvimento. [...];[...] e países que passaram por um forte declínio do coeficiente de importação, que cresceram com a industrialização, mas onde esta última perdeu vigor [...]. (FURTADO, 1986, p.152)

Como as economias latino-americanas se inseriram no comércio mundial, com a divisão internacional do trabalho, de forma a adotarem um modelo “para fora”, ou seja, um modelo exportador de matérias-primas, no período aqui analisado, essas economias só conseguiram manter os níveis de exportação consideráveis se se utilizassem políticas de estímulo às exportações. O Chile tornou-se um exemplo desse caso cujo “crescimento das exportações resultou de uma política deliberada, visando a recuperar a participação do país no mercado mundial de cobre”. (FURTADO, 1986, p. 153).

Outra questão a ser abordada era o fato de que em algumas das economias analisadas, o processo industrial se deu simultaneamente entre as duas formas anteriormente abordadas, ou seja, as indústrias implementadas pela indução das exportações que ocorreram concomitantemente às indústrias implementadas pelo processo de substituição de importações, pois países em que o coeficiente de industrialização era baixo, “procuraram intensificar o processo de industrialização independentemente do comportamento do setor exportador.” (FURTADO, 1986, p.153).

Cabe assinalar aqui os desníveis ocorridos entre os setores de uma mesma economia, conhecido na literatura como o fenômeno da heterogeneidade tecnológica setorial. O processo de industrialização trouxe consigo consequências estruturais nas economias latino-americanas aqui abordadas. Houve maiores disparidades nas produtividades setoriais, diferenças essas que modificaram, por exemplo, a produtividade, a remuneração do trabalho e os níveis de tecnologia presentes em cada setor.

As economias latino-americanas no câmputo geral obtiveram crescimento significativo nas décadas de 1950 a 1970, apesar dos problemas enfrentados por elas anteriormente descritos. Contudo o desenvolvimento não foi sustentável a ponto

de essas economias se livrarem de seus maiores vícios, que se resumem em dependência externa, tanto financeira como de mercados, baixo teor tecnológico em suas indústrias se comparados aos países mais industrializados, a heterogeneidade de desenvolvimento de economias dentro do continente latino-americano e a não complementariedade de suas economias.

Brasil, México e Argentina as maiores economias do continente, alcançaram um significativo grau de desenvolvimento cujas respectivas economias responderam por mais da metade do PIB regional. Todavia, não possuem capacidade de canalizar recursos e orientar o crescimento dos demais países do continente, aliás, as economias latino-americanas não formam um sistema homogêneo de cooperação econômica pelos mesmos motivos anteriormente apresentados.

Na década de 1980 as economias latino-americanas enfrentaram seu maior desafio da história recente. Durante toda essa década, essas economias sofreram com a crise da balança de pagamentos e hiperinflação devido, sobretudo, à crise de suas dívidas externas.

O processo de crise nos anos 1980 ocorreu porque os países da América-Latina se endividaram fortemente durante a década anterior.

[...] A crise do balanço de pagamentos resultou em pressões inflacionárias geradas pelo realinhamento das taxas de câmbio. Além disso, a capacidade de financiamento do déficit público mudou radicalmente. Nos anos 80, se percebe a relevância deste aspecto no contexto de crescentes serviços da dívida externa. Os governos financiaram a compra de divisas, não via impostos, mas pela emissão de títulos de dívida interna e pela emissão de moeda. Como consequência, as taxas de inflação mais do que dobraram nos anos 80 [...]. (FISHLOW; CARDOSO, 1990, p. 323)

Os autores Cardoso e Fishlow (1990, p. 323-324) também apontam para outro aspecto que culminou na hiperinflação vívida por esses países que foi a indexação econômica. Os principais preços de uma economia – taxas de juros, salários e taxas de câmbio – se tornam difíceis de se reajustarem dado que a indexação cria rigidez na adequação desses valores em períodos de alta inflação, tornando a desinflação praticamente difícil de se concretizar.

Para dar continuidade a esse estudo sobre a década de 1980, conhecida como a década perdida para a América-Latina, dar-se-á maior ênfase as duas maiores economias do Cone Sul latino-americano, Argentina e Brasil.

A situação econômica dessas duas economias será estudada com maior ênfase a partir do próximo capítulo porque são elas que darão origem ao Mercosul, um esboço de união econômica visando uma maior integração das economias participantes, bem como buscando um modelo de desenvolvimento comum aos países que mais tarde formariam o bloco.

2. MERCOSUL: A BUSCA PELA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

A partir de meados da década de 1980 foi iniciado, nas duas maiores economias do cone sul latino-americano, um processo de aproximação comercial apoiado, mas não somente, por um outro processo que estava em curso mundialmente: a globalização.

Brasil e Argentina estavam predispostos a negociações bilaterais mais intensas porque havia mútuo interesse político, regional e mundial para a liberalização e integração econômicas. Esse interesse era definido pelos sucessivos acordos feitos entre esses dois países. São eles: Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice), de 1986; Tratado de Integração Bilateral Brasil-Argentina, de 1988; e a Ata de Buenos Aires, de 1990. As linhas de pensamento econômico liberalizantes estavam em alta no final dos anos de 1980 e elas tomaram impulso com os princípios do *General Agreement on Tariff and Trade* (GATT), caracterizado pelo esforço comercial à promoção da integração econômica. Ademais, os acordos bilaterais entre os países anteriormente citados estavam condicionados à

[...] abolição de restrições quantitativas ao comércio de modo que, idealmente, a proteção à indústria doméstica dependa exclusivamente de tarifas; a adoção universal da cláusula de nação mais favorecida, de tal forma que concessões tarifárias bilaterais sejam automaticamente estendidas a terceiros países; e a redução de barreiras tarifárias através de troca de concessões recíprocas por meio de negociações. (ABREU, 1994, p. 2)

A Rodada do Uruguai (do GATT) também foi responsável pela criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) considerado o maior acordo comercial da história. Portanto, nesse quadro de grandes acordos mundiais de comércio e do início da globalização, no Cone Sul da América, foi dada a largada a uma série de acordos políticos, comerciais e diplomáticos entre as duas maiores e mais diversificadas economias da região que resultou, na primeira metade dos anos 1990, no Mercosul.

2.1. A Gênese do Mercosul

No início dos anos 1990 os países do Cone Sul enfrentavam fortes turbulências econômicas internas e externas, advindas, sobretudo, da incapacidade de suas economias se recuperarem das variadas crises enfrentadas nas três décadas anteriores, tornando difícil um projeto de regionalização mais amplo (MEDEIROS, 2011). Contudo, os presidentes do Brasil e da Argentina à época resolveram unir forças numa empreitada que originaria o Mercado Comum.

Como explicado anteriormente, o contexto à época do início da década de 1990 era de liberalização das economias mundiais e, voltando a atenção para a América do Sul, Brasil e Argentina intensificavam ainda mais seu comércio bilateral. Diante dessas possibilidades de êxito econômico apresentadas no comércio mundial e do entendimento dos governos sul-americanos de fortalecer o comércio regional e aumentar o poder de barganha de seus países frente à globalização mundial, foi assinado em 26 de março de 1991 o Tratado de Assunção dando origem ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), estabelecendo uma união aduaneira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Desde o início, o Mercosul foi tratado como o “futuro” do comércio regional, devido, principalmente, ao Brasil, maior economia da região e por ser consenso que o Brasil seria um líder natural nas negociações comerciais do bloco com o resto do mundo. Será visto mais adiante que essa premissa, como tantas outras, não se concretizou.

Os objetivos do Mercosul eram:

[...] a) criar um espaço econômico e político comum, maior que o de cada um dos países isoladamente; b) potencializar as economias de escala em razão da existência de um mercado ampliado; c) dinamizar e modernizar as economias locais (questão prioritária particularmente para a Argentina no final dos anos oitenta); d) permitir às empresas uma integração produtiva regional, maximizando as vantagens existentes em cada um dos parceiros; e) criar o ambiente econômico e institucional para atrair investimentos produtivos e, a partir de 1990, f) aumentar as competitividades nacionais e empresariais para adequarem-se rapidamente à abertura econômica e ao forte rebaixamento da proteção alfandegária. (VIGEVANI, 2000, p. 193)

No Mercosul foram estabelecidos instrumentos que predispuham o comum acordo dos Estados-parte na aplicação de mudanças necessárias em tempo de consolidação do bloco:

a) Um Programa de Liberação Comercial que consiste na redução linear, automática e progressiva de todas as restrições tarifárias e não tarifárias, visando a chegar ao término da primeira etapa com tarifa zero para a totalidade dos bens, dos serviços e dos produtos que forem comercializados entre os países-membros. b) Um Programa Convergente de Coordenação de Políticas Macroeconômicas. c) Um acordo de tarifa externa comum. d) Um sistema de adoção de acordos multilaterais de caráter setorial. (RODRÍGUEZ, 1995, p. 12-13).

Além do Tratado de Assunção houve o Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994, que define a estrutura institucional do bloco, dando envergadura jurídica frente aos órgãos internacionais.

Portanto, o fundamento institucional e comercial do bloco deu ênfase ao interesse comum e recíproco dos participantes do Mercosul, objetivando o bom desempenho econômico, a integração intrabloco, a busca pelo fim das assimetrias econômicas de seus membros e ao aumento do poder de negociação no comércio internacional.

Durante a maior parte de década de 1990 o comércio intrabloco foi bastante significativo. Foi nesse período de busca pela consolidação do Mercosul que as trocas comerciais entre os países signatários se intensificaram, dando a entender que o bloco rumava para a sua plena consolidação.

De acordo com os dados do comércio intrabloco dos países participantes do MERCOSUL expostos na Tabela 1 é possível constatar que o comércio entre os membros do Mercosul teve crescimento significativo para todos os participantes durante quase toda a década de 1990.

Tabela 1. Mercosul: Evolução das Exportações de cada país intrabloco (%): 1990 – 2004.

Origem	1990	1994	1998	2002	2004
Brasil	4,20	13,59	17,37	5,48	9,24
Argentina	14,84	30,33	35,64	22,31	19,59
Paraguai	39,57	52,01	52,34	58,15	53,24
Uruguai	34,83	47,01	55,33	32,61	26,18

Fonte: CEPAL – Bastos; Souza (2009) – Reelaborada Pelo Autor.

Do total das exportações de cada país, a tabela mostra que as exportações brasileiras para os outros membros do Mercosul saltaram de 4,20% em 1990 para 17,37% em 1998. A Argentina viu suas exportações saltarem de 14,84% em 1990

para 35,64% em 1998. As duas menores economias do bloco também obtiveram êxito no comércio regional. As exportações paraguaias pularam de 39,57%, no início da década de 1990, para 52,34% em 1998 e, por fim, o Uruguai que exportou 34,83% em 1990 atingiu 55,33% em 1998. Esses números sinalizam a importância do Mercosul para o comércio da região, mas, sobretudo, sua importância para os países menores.

No sentido de qualificar as exportações, é perceptível que os países do Mercosul são um importante mercado consumidor de produtos manufaturados provenientes das maiores economias do bloco, Brasil e Argentina. A pauta de exportação brasileira para os países do bloco, por exemplo, é composta em sua maioria, de produtos de média intensidade tecnológica⁴ - automóveis, autopeças, refrigeradores etc. – sendo a Argentina o maior mercado consumidor. Comparado com os produtos que apresentam algum nível de intensidade tecnológica, as *commodities* brasileiras não expressam números substanciais.

No que tange às importações o Brasil se apresenta como maior mercado consumidor no comércio intrabloco, sendo a Argentina o parceiro comercial mais forte. O Brasil importa, em sua maioria, *commodities* dos demais países do bloco, principalmente das duas menores economias Uruguai e Paraguai. A exceção é a Argentina que além de exportar considerável volume de *commodities* para o Brasil, também exporta quantidades altas de produtos manufaturados de média intensidade tecnológica para este país, devido, sobretudo, a presença da indústria automotiva relativamente desenvolvida e integrada à sua equivalente brasileira (NARDO, 2011, p. 41).

Cabe destacar que no final dos anos 1990, depois desse boom das trocas comerciais intrabloco, aconteceram distúrbios na economia mundial⁵ que fizeram com que o modelo liberalizante adotado durante toda essa década, implodisse, levando a economia mundial e, conseqüentemente, o Mercosul, a diminuir consideravelmente seu ritmo comercial.

A bem da verdade, o Mercosul nunca foi uma união aduaneira plena, porque desde sua criação os países membros nunca conseguiram, ou não quiseram, implementar todas as mudanças necessárias para que o objetivo final se

⁴ Tomando como base a classificação da United Nations Commodity Trade Statistics Database (UNCTAD) presente no artigo de Nardo (2011).

⁵ Crise Asiática (1997) e Crise Russa (1998).

concretizasse. Problemas com relação as assimetrias entre as economias do bloco, como o Brasil que possui mais da metade do PIB do bloco, ou a Argentina que sempre ficou preocupada com sua *brasil-dependência* e com todo o poder de influência mundial e regional que seu vizinho maior possuía. Esses empecilhos se tornaram graves obstáculos para a adequada concretização do Mercosul.

As assimetrias entre as estruturas econômicas e a incapacidade de superá-las por parte dos governos, agravaram os problemas do MERCOSUL. As políticas econômicas e comerciais intrabloco se tornaram mais frágeis no início dos anos 2000 quando a demanda asiática provocou um grande desvio das correntes comerciais do MERCOSUL em sua direção.

Assim, pode-se afirmar que vários pontos do acordo de criação do Mercosul não chegaram a ser implementados com êxito, como por exemplo: a tarifa externa comum (TEC); a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; e, por fim, a harmonização das legislações nas áreas pertinentes (KUME; PIANI, 2011, p. 17).

Diante desse quadro e apesar do avanço nas trocas comerciais intrabloco, no final da década de 1990 e começo dos anos 2000 o Mercosul enfrentou, talvez, o seu maior obstáculo: a crise brasileira de 1999 e a crise argentina de 2001. Essas crises geraram, dentre várias mudanças na condução de ambas as economias, no afastamento das atitudes e prioridades necessárias à plena estabilização do Mercosul como união aduaneira.

2.2. Crises Brasileira e Argentina e os Novos Rumos do Mercosul

O Brasil, ao estabelecer um novo plano monetário, o Plano Real, em 1994, objetivava estabilizar os preços de sua economia, tendo, no passado recente, sofrido com as altas taxas inflacionárias e com a crise da sua dívida externa. Ao concretizar seu plano monetário, o Brasil adotou durante mais da metade da década de 1990 o regime de câmbio fixo, tendo equivalência entre o real e o dólar. Porém, antes de o Brasil tornar seu câmbio flutuante e desvalorizar sua moeda, a economia brasileira já vinha sofrendo com estrangulamentos advindos de fatores externos⁶ e os cálculos

⁶ Crise russa (1998); fechamento de linhas de crédito para mercados emergentes; fuga de capitais; entre outros.

mostravam que as contas externas brasileiras não iriam fechar no ano de 1999 (AVERBUG; GIAMBIAGI, 2000 p. 11-18).

Do ponto de vista nacional, no Brasil a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, o acordo com o FMI e uma série de políticas restritivas somadas às privatizantes, apesar de sinalizarem para os mercados controle sobre sua saúde financeira e capacidade de pagamento da economia brasileira, não foi suficiente para evitar a mudança do regime cambial brasileiro e sua queda de confiança frente aos credores internacionais. Assim, em 1999, o Brasil muda seu regime cambial para flutuante e desvalorizou sua moeda.

A Argentina durante a década de 1990 também se deparava com o modelo liberalizante que estava tão em voga nos planos econômicos mundiais. Também foi adotado um regime de câmbio fixo com objetivos de controlar a inflação que assolou sua economia e a dos demais países latino-americanos, durante a década de 1980.

Nesse contexto a Argentina obteve sucesso no controle da inflação que saiu a níveis de 3.000% em 1989 para valores de um dígito a partir de 1994 (CUNHA; FERRARI, 2008, p. 50-54). Porém, o plano de conversibilidade do peso/dólar se mantinha a altos custos, já que financiava o crescimento econômico. Ademais, a capacidade produtiva da Argentina diminuiu assim como, por consequência, ocorreu significativa deterioração de sua posição comercial externa.

Nesse sentido, os credores internacionais suspeitavam da capacidade de solvência da economia argentina e passaram a não mais financiar a dívida externa desse país. Com as linhas de crédito externo fechadas e com a economia em recessão no final dos anos 1990, a Argentina se viu obrigada a adotar uma série de medidas amargas para tentar realinhar sua economia. Essas medidas se traduziram em suspensão do pagamento da dívida externa do setor público, inconvertibilidade dos depósitos a prazos fixos no sistema financeiro, processo que ficou conhecido como “*corralito*” e a queda do Plano de Conversibilidade. Assim, em 2001, a Argentina tinha chegado ao “fundo do poço” (CUNHA; FERRARI, 2008, p. 54).

O Mercosul, tendo ao fundo essas crises nas duas maiores economias do bloco, ficou em último plano. Não avançou em suas propostas e até sofreu revés já que os países adotaram medidas protecionistas, em especial a Argentina, para conseguir recuperar o crescimento perdido durante o início da década de 2000.

Na primeira metade dos anos 2000 o Mercosul permaneceu no limbo dos acordos comerciais, assim como o descompasso de seus países membros nos

compromissos basilares de origem do bloco. Foi apenas na segunda metade da década de 2000 que a letargia que assolava o bloco, no que tange a assuntos de comércio extrabloco, começou a ser minada.

O Mercosul firmou acordos comerciais com: a Índia (Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia) assinado em 2004 com entrada em vigor em 2009; Israel (Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel) assinado em 2007 com entrada em vigor no Brasil em 2010 e nos demais países do bloco em 2011; a União Aduaneira da África Austral – SACU – (Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU) assinado pelos estados parte do Mercosul em 2008 e em 2009 pelos Estados-parte da união africana, com entrada em vigor em 2016; o Egito (Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito) assinado em 2010 e com entrada em vigor em 2017; por fim, há um acordo em processo de ratificação com a Palestina (Acordo de Livre Comércio Mercosul-Palestina) assinado em 2011⁷.(MREX).

2.3. Cooperação Financeira no Mercosul

Todo acordo de integração regional é a conversão de países em torno de propostas comuns. Com o avançar da integração, se faz necessário a criação de instrumentos mais sofisticados que solidificam o processo de integração. Um sistema de cooperação financeira regional seria, portanto, um mecanismo eficaz de promoção à integração. No Mercosul, nesse sentido, foi criado em 2004, mas que só entrou em operação em 2007, o Fundo de Convergência Estrutural (Focem), cuja característica é a promoção da convergência estrutural, da competitividade e da coesão social, dando especial atenção às economias menores e regiões menos desenvolvidas⁸.

O Focem é composto por aportes na seguinte ordem: Brasil e Argentina, como as duas maiores economias do bloco, contribuem com US\$ 70 milhões e US\$ 27 milhões respectivamente do montante anual; Uruguai com US\$ 2 milhões e Paraguai com US\$ 1 milhão de um montante anual total de US\$ 100 milhões. Em

⁷ Dados do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/695-acordos-extrarregionais-do-mercosul>>. Acesso em 04 de junho de 2018.

⁸ Dados da página oficial do Mercosul. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/fundo-para-a-convergencia-estrutural-do-mercosul-focem>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

2012, com o ingresso da Venezuela, esse país passaria a contribuir com mais US\$ 27 milhões, dando um total de US\$ 127 milhões. (TABELA 2)

Tabela 2. Aportes financeiros do Focem por país.

ESTADO PARTE DO MERCOSUL	APORTES ANUAIS		RECURSOS ANUAIS	
	AO FUNDO (milhões de USD)	%	RECEBIDOS (milhões de USD)	%
Brasil	70	55,12%	11,55	9,09%
Argentina	27	21,26%	11,55	9,09%
Venezuela	27	21,26%	11,50	9,06%
Uruguai	2	1,57%	36,96	29,10%
Paraguai	1	0,79%	55,44	43,65%
TOTAL	127		127	

Fonte: Unidade Técnica do Focem (UTF).

No aspecto de recebimento dos recursos, os países mais beneficiados são justamente Paraguai e Uruguai, pois são as duas menores economias do bloco. Um dos objetivos mais importantes do Focem é que os empréstimos não são reembolsáveis, portanto os recursos são aplicados de forma a promover os projetos que amenizem as assimetrias entre as economias do Mercosul.

Ainda no âmbito da cooperação financeira regional é possível destacar outros acordos e instituições que não são exclusivas do Mercosul, mas que agem de forma direta nos países do bloco. O Brasil, por exemplo, possui o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que atua financiando a internacionalização de empresas brasileiras. Além disso, há organizações como a Corporação Andina de Fomento (CAF), de promoção da integração dos países da América Latina; o *Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata* (Fonplata) – em português Fundo de Financiamento para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – com sede na Bolívia e cujo objetivo é financiar projetos de promoção à integração de seus países membros e, por último, há a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), também financiadora de projetos que promovem a integração dos países da América do Sul.

Por fim, vale mencionar o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) exclusivo para membros do Mercosul, que se caracteriza pela utilização de acordos

firmados entre os Bancos Centrais e instituições financeiras dos respectivos países do bloco para a não utilização da conversibilidade moeda local-dólar entre operações de exportação/importação intrabloco. O objetivo é promover o comércio de produtos e serviços de pequenas e médias empresas e, com isso, aprofundar mais o processo de integração. As características do SML são: utilização voluntária; inexistência de contrato de câmbio; a documentação necessária é a mesma exigida para operações de comércio exterior e a Integração do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e aos sistemas de pagamentos dos países integrantes do SML⁹.

O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) surgiu com a assinatura da Carta de Intenções entre Brasil e Argentina em 2006, como um projeto piloto de pagamento bilateral. Mas já em 2007 foi incorporado pelo Conselho do Mercado Comum do Mercosul como sistema de pagamento entre os países membros do bloco. (PINTO; SEVERO, 2011, p. 81-84). O primeiro acordo firmado ocorreu entre o Banco Central do Brasil (BCB) e o Banco Central da República da Argentina (BCRA), o segundo entre o BCB e o Banco Central do Uruguai (BCU) e, ainda em fase de regulamentação, há o acordo entre o BCB e o Banco Central do Paraguai (BCP)¹⁰.

Ainda no âmbito de se criar uma alternativa aos financiamentos internacionais e priorizando a cooperação financeira no ambiente sul-americano, o Banco do Sul é proposto em 2005 inicialmente por Chavez com o apoio dos presidentes da Argentina – Néstor Kirchner – em 2006 e do Equador – Rafael Correa – em 2007. A partir de 2007 o Brasil abriu as negociações para sua adesão ao Tratado Constitutivo do Banco do Sul e junto a Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Venezuela e Uruguai se tornaram os países fundadores do banco. O tratado foi assinado em Buenos Aires, às vésperas da posse de Cristina Kirchner. A sede do banco do Sul fica em Caracas, capital da Venezuela. (CALIXTRE; BARROS, 2010, p. 20-25).

Os bancos regionais são classificados nas seguintes categorias:

- a) banco de desenvolvimento: financiamento de projetos que requerem recursos em volume superior ao disponível para os sócios; requer aporte capital dos sócios mais ricos e captação de recursos nos mercados

⁹ Informações colhidas no Banco Central do Brasil (BCB). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/rex/sml/1-introducao.asp>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

¹⁰ Informações colhidas no Banco Central do Brasil (BCB). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/rex/sml/1-introducao.asp>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

financeiros internacionais e junto a governos e outras instituições multilaterais; realiza empréstimos de maturação longa e necessita de capital elevado captar recursos de longo prazo; b) banco de desenvolvimento social: financiamento de políticas públicas e projetos para cidadãos e empreendimentos de micro e pequeno porte; não requer capital elevado; necessita de grande número de funcionários, com operações pulverizadas e elevado custo de análise e acompanhamento; c) banco de reservas ou emprestador de emergência: garantir liquidez aos bancos centrais dos países-membros em situações de crise cambial ou financeira; requer elevado montante de recursos com alta liquidez, para viabilizar ação rápida e impactante em momentos de crise; d) banco de compensação de pagamentos regionais: oferecer liquidez para negócios e transações financeiras entre os países sócios; reduzir a dependência de moeda estrangeira ou de moeda dos sócios mais fortes; requer reservas confiáveis em moedas fortes e liquidez elevada para garantir a confiança em suas operações de apoio às transações cambiais dos países-membros.(CARVALHO; GABRIEL; PEDROSO; KANEKO, 2009, p. 116-117)

O Brasil apoia que o Banco do Sul seja do tipo Banco de Desenvolvimento com algumas atribuições sociais. Porém as negociações dos governos dos países fundadores levam a crer que o Banco do Sul tenha características de Banco de Reserva ou Banco de Compensação (CARVALHO; GABRIEL; PEDROSO; KANEKO, 2009, p. 117).

Por fim, vale destacar que o Banco do Sul ainda não iniciou suas operações devido, principalmente, à falta de prioridade da pauta da cooperação regional por parte dos governos e das divergências quanto a administração, governança e poder de voto na constituição da estrutura interna do banco.

2.4. Entrada da Venezuela no Mercosul: período recente

Falar de ampliação e reestruturação de um bloco econômico que nunca chegou ao mercado comum, objetivo esse acordado entre as partes no Tratado de Assunção de 1991, que deveria ter sido atingido em 1º de janeiro de 1995, é, na melhor das hipóteses, algo impensável. Mesmo com a chegada de governos mais preocupados com o comércio Sul-Sul – Lula no Brasil e Nestor Kitchner na Argentina – no período mais recente da história dos países membros, nunca o processo integracionista foi de fato conquistado.

A percepção sobre os aspectos sociais nos países membros do bloco tem melhorado em termos específicos principalmente a partir da entrada de partidos de esquerda no comando dos governos desses países. Importantes programas sociais com o objetivo de diminuir a miséria, a fome, o analfabetismo etc. vieram em

períodos em que as economias sul-americanas conseguiram crescer e promover algum tipo de distribuição de renda e, conseqüentemente, impulsionar o desenvolvimento da região. Porém, é fato que problemas assolaram o contínuo crescimento econômico da região.

A crise econômica mundial de 2008, a crise democrática brasileira levando ao *impeachment* da presidenta eleita em 2016, o regime exportador venezuelano exclusivamente dependente do petróleo e do seu preço negociado nos mercados internacionais, portanto, tornando a Venezuela refém desses mercados, podem ser listados como os principais obstáculos sofridos pelos países sul-americanos. Há também o aspecto político-institucional degradante pelo qual passa a Venezuela: suas instituições estão debilitadas e desacreditadas interna e externamente; o processo eleitoral sofre com a falta de transparência e lisura; sua economia está em situação deplorável com a inflação chegando a 2.616% em 2017 segundo o seu Parlamento¹¹; e o país sofrendo uma crise de desabastecimento, levando uma parte da população a emigrar.

O comércio entre Brasil e Venezuela, desde 2012 ano de ingresso da Venezuela no Mercosul, veio sendo positivo para o Brasil até o agravamento da situação interna venezuelana. Em 2011, por exemplo, o Brasil exportou US\$ 4,7 bilhões e importou US\$ 1,2 bilhões no comércio com a Venezuela¹² sendo a pauta de exportações brasileiras formada, em sua maioria, por carnes, medicamentos e produtos industrializados e as exportações venezuelanas concentradas em petróleo e seus derivados¹³. A aproximação entre os dois países tomou impulso nos governos Lula-Dilma, sobretudo pelo alinhamento ideológico que esses governos tinham com os presidentes Chavez e Maduro. O Brasil viu um mercado interno promissor na Venezuela, estimulando a ida de empresas brasileiras ao mercado venezuelano e financiando obras de infraestrutura naquele país através do BNDES¹⁴.

A deterioração nas relações bilaterais Venezuela-Brasil veio com o impulso da crise econômico-social-democrática daquele país. No campo econômico a Venezuela não tem conseguido divisas internacionais para o pagamento dos

¹¹Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/venezuela-fecha-2017-com-inflacao-de-2616-aponta-parlamento.ghtml>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

¹² Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/195304-7>. Acesso em 19 de junho de 2018.

¹³ Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Secretaria de Comércio Exterior.

¹⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150311_brasil_venezuela_negocios_gl_pai>. Acesso em 19 de junho de 2018.

fornecedores brasileiros, no campo democrático a Venezuela tem chamado a atenção internacional sobre a falta de transparência de sua democracia, levando a alguns países a não reconhecerem o resultado de suas eleições¹⁵ e, por último, no campo social a população venezuelana sofre com a escassez de produtos básicos, com a inflação que corrói seu poder de compra, com a alta taxa de criminalidade que transformou Caracas na cidade mais violenta do mundo¹⁶ e com a emigração forçada para os países fronteiriços.

O velho fantasma das assimetrias estruturais ronda os países membros desde sua criação e, pelo período aqui abordado e pelas atitudes que os governos desses países têm tomado ao longo da história recente, a proposta de um mercado comum se torna cada vez mais distante.

Medidas protecionistas e acordos comerciais tomados de maneira unilateral aos Estados-parte têm sido fontes de difíceis problemas para a plena integração do bloco. A Argentina agindo de forma impositiva na proteção do seu mercado interno e o Brasil agindo de maneira conivente a essas imposições são o resumo do que ocorre atualmente dentro do Mercosul.

A coluna jurídica do Mercosul, com suas orientações à conduta dos países membros, determina o que se faz necessário para a entrada e saída de Estados, bem como a realização de assembleias e ao comportamento destes uma vez dentro do bloco. É nesse contexto que se dá a entrada da Venezuela como Estado-parte.

A Venezuela e o Paraguai possuem um histórico de conflitos em suas relações bilaterais, sobretudo durante a era Chavez na Venezuela. O Paraguai sempre impedia a entrada da Venezuela no bloco por motivos políticos. Porém, em 2012, quando o congresso paraguaio destituiu em apenas dois dias seu então presidente, Fernando Lugo, num processo mal explicado de *impeachment*, os demais países do Mercosul suspenderam o Paraguai utilizando a “cláusula democrática”, ou seja, o Paraguai foi suspenso por não apresentar as devidas proteções à democracia, já que não é consenso que a destituição do presidente paraguaio foi um processo democrático. Com o Paraguai suspenso, a Venezuela encontrou o caminho livre para se tornar membro permanente do Mercosul.

¹⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/04/brasil-eua-e-14-paises-das-americanas-repudiam-eleicao-na-venezuela.shtml>>. Acesso em 19 de junho de 2018.

¹⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/26/internacional/1453845839_418574.html>. Acesso em 19 de junho de 2018.

Na contemporaneidade a Venezuela encontra-se suspensa do bloco por duas medidas. A primeira suspensão, realizada em dezembro de 2016, por não atender normas técnicas de adesão ao bloco e a segunda, determinada em agosto de 2017, pela quebra da cláusula democrática do bloco, que prevê sanções em caso de ruptura institucional¹⁷.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/venezuela-e-suspensa-do-mercosul-por-ruptura-da-ordem-democratica,1c11ba0dfa596a51fc4eaab316c173e2k1dxi24j.html>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

3. OS DILEMAS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO CONE SUL

A integração da América-Latina é um sonho antigo e gestado desde a época dos grandes próceres Simon Bolívar e José de San Martín. Revolucionários e cultivadores das independências dos Estados da América Espanhola e responsáveis por lançarem ideias democráticas nesses países juntamente com a percepção de integração. Várias décadas depois, a América-Latina ainda sofre para se integrar e se desenvolver através da consolidação de um mercado regional.

Do início do século XX até hoje a América-Latina experimentou acordos regionais relevantes do ponto de vista econômico e social tais como: Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA); Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); União das Nações Sul-Americanas (UNASUL); Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); Comunidade Andina; Aliança do Pacífico etc. Mas especificamente o Mercosul, que é assunto deste trabalho, é o projeto mais ousado de integração no Cone Sul do continente.

Desde sua criação o Mercosul obteve alguns avanços nos campos econômico, social e de infraestrutura. Foi criado o Parlamento do Mercosul (PARLASUL), órgão consultivo que a partir de 2009 adotou o critério da representação cidadã; a adoção de uma rede de cooperação financeira regional como listado anteriormente; o advento do Estatuto de Cidadania, outorgando direitos e benefícios para todos os cidadãos dos Estados-parte; os acordos firmando entre o Mercosul e outros blocos e países impulsionando o comércio exterior; os dados de comércio mostrando que o Brasil tem no Mercosul um de seus mercados mais importantes na absorção de produtos manufaturados brasileiros etc. (CAMPOS, 2012, p. 43-45).

Contudo, os entraves a uma maior integração entre os países do bloco se mostram pertinentes e exigem soluções demoradas e complicadas. A análise que é feita sobre o momento atual do bloco, é a de que devido às políticas adotadas pelos governos dos Estados-parte, ao histórico do bloco e, fundamentalmente, as assimetrias existentes nos países, fazem o Mercosul ser fundamental no processo de integração do continente, ou seja, não há a possibilidade do MERCOSUL vir a ser extinto, nem agora e nem no futuro. Todavia, em muitos aspectos (jurídicos, de

heterogeneidade tecnológica setorial intra e inter-regional, políticos, sociais e econômicos) as disparidades entre as realidades da estrutura econômico dos países membros ainda constitui, como já registrado nesse trabalho anteriormente, o principal problema a ser superado.

Para Patrício (2012) essas disparidades não apenas impedem o fortalecimento do Mercosul, fragilizando a integração econômica e comercial entre as nações do bloco, mas fragiliza ainda mais a relação do bloco com outras comunidades econômicas, como por exemplo a União Europeia (UE). Além dos impasses internos do Mercosul, de acordo com Patrício (2012) alguns problemas de ordem de comércio internacional têm limitado a inserção do Mercosul na economia internacional. Dentre esses problemas e especificamente entre a relação do Mercosul com a UE pode ser citado o “protecionismo agrícola que a UE, através da Política Agrícola Comum (PAC), praticada internamente, ao que o Brasil e o Mercosul respondem com o fechamento dos seus mercados industriais e de serviços” (PATRÍCIO, 2012 p. 9). Esse é um problema demasiadamente grave pelo fato de que sua solução tem sido o enfraquecimento das relações entre os dois blocos econômicos e a consequente proliferação de acordos bilaterais entre as nações de ambos os blocos à revelia de suas institucionalidades.

Deve-se ainda levar em conta que o equilíbrio político do Mercosul, faz-se de suma importância para reter vantagens internacionais com outros blocos econômicos fora do continente americano, diminuindo ainda mais a importância norte-americana na orientação do comércio do Cone Sul. A União Europeia vem tentando estabelecer um acordo de livre comércio com o Mercosul abrindo espaço para o fortalecimento de uma aliança estratégica que possibilitaria uma maior barganha da UE na região frente aos Estados Unidos. Para a UE o Mercosul representa um potencial mercado consumidor de suas manufaturas dado que reúne mais de 200 milhões de habitantes, o que representa a metade da população da América Latina e mais da metade do PIB do subcontinente e por ter atraído na última década cerca de 70% dos investimentos europeus na região.

Nos anos mais recentes, a partir de 2004, as relações entre o Mercosul e a UE vêm se aprofundando. Observe-se que no referido ano o Mercosul exportou para a UE 18,6 bilhões de dólares e importou 14,1 bilhões de dólares. Ademais, a UE tem importado 35% das exportações agrícolas do Mercosul, que equivale a “metade das suas exportações totais para a UE”. (PATRÍCIO, 2012, p. 11)

A importância do Mercosul em âmbito internacional só poderá ser alargada se o Brasil voltar a se impor como economia líder do referido Mercado. A UE considera o Brasil o parceiro mais importante da região e do Mercosul. Nas palavras de Patrício (2012),

Em Março de 2009, as exportações brasileiras para a União Europeia foram de 3,12 milhões de Dólares (num crescimento de 19,59%) enquanto as importações ascenderam a 2,15 milhões de Dólares (significando um crescimento de 33,5%). Este relacionamento poderá ser fortemente potenciado pelo acordo de livre comércio birregional que, desde abril de 2000, está a ser negociado entre a UE e o Mercosul. Portugal é uma parte muito interessada na conclusão deste acordo, já que, segundo dados do Ministério Brasileiro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as exportações brasileiras para Portugal, durante 2006, foram de 1,46 mil milhões de Dólares, enquanto as importações ascenderam a mais de 312 milhões de Dólares, tendência que, mantendo-se nos três primeiros meses de 2009, representa um saldo negativo, para Portugal, de cerca de 1,14 mil milhões de Dólares.

Deve ser revelado que hoje o Brasil é o oitavo parceiro estratégico da UE (depois dos EUA, do Japão, do Canadá, da Índia, da Rússia, da China e da África do Sul) o que tem servido de estímulo para a concretização do plano de cooperação entre UE e o Brasil. O fato é que o Brasil detém 78% do PIB do Mercosul, 62% de sua população e mais da metade do território. Ademais, a “UE absorve 22,5% do seu comércio externo (ainda que apenas lhe destine 2,3%)” (PATRÍCIO, 2012, p. 12).

Observe-se que, de acordo com esses dados, pode-se interpretar que há uma tendência de o Brasil ser o país mais privilegiado do Mercosul. Essa vantagem brasileira pode se constituir em mais um forte empecilho ao fortalecimento do bloco (MERCOSUL) sul-americano, deixando em segundo plano o assim chamado bi-regionalismo – Mercosul/UE – e aprofundando o bi-lateralismo, isto é, as relações entre os países da UE com o Mercosul independente dos interesses dos dois blocos econômicos.

Para Patrício (2012), soma-se aos fatores anteriormente apontados, dois episódios de âmbito internacional que agravaram o avanço das negociações entre a UE e o Mercosul: o atentado de 11 de setembro, levando a Europa a priorizar as questões de segurança do continente em detrimento das negociações e aproximações territoriais com o mundo, e a crise de 2007 que afetou especialmente os países ricos levando-os a priorizarem políticas de ajustes macroeconômicos e

aprofundando a fuga dos capitais para o mercado financeiro. Dessa forma, para prejuízo do Mercosul, tem vigorado nos últimos anos as relações bilaterais de tal forma que a “UE alterou o modo de aproximar-se do Cone Sul das Américas, substituindo a prioridade conferida às negociações com o Mercosul pela prioridade dada ao relacionamento com o Brasil, individualmente”. (PATRÍCIO, 2012, p. 13)

Essa parceria entre o Brasil-UE (bi-lateralismo) em detrimento do aprofundamento do Mercosul-UE (bi-regionalismo), tem causado profundo desconforto na cúpula do poder do Mercosul. Argentina, Paraguai e Uruguai vêm se manifestando negativamente em se aproximarem ainda mais da UE, uma vez que parece claro o seu maior interesse no Brasil. Este último, por sua vez, não tem contemplado em sua política interna o grau de relacionamento entre a economia brasileira e o Mercosul e entre a economia brasileira e a UE, isto é, a quem deve ser dado maiores privilégios econômicos.

A integração econômica de uma região passa por algumas classificações como as que seguem abaixo, onde defende-se que a

Zona de Livre Comércio (ZLC) – Estabelecida mediante acordo entre os participantes é a forma utilizada para a supressão de tarifas e o movimento de bens, sem alterar a autonomia comercial e aduaneira dos países membros, ou seja, indica ações para a prática de redução da alíquota tarifária de importação, entre os Estados participantes, igual a zero. A delimitação de uma área sujeita à redução de tarifas estabelecidas para determinados produtos pré-selecionados, sem, contudo, configurar a supressão tributária a incidir, bem como restrições mais contundentes à importação, pode vir a anteceder a instalação de uma ZLC; - União Aduaneira – Consiste em estabelecer a liberdade total do comércio entre seus membros e uma política comercial comum em relação a terceiros, com a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC), com a finalidade de eliminar quaisquer diferenças entre as tarifas comerciais praticadas entre os integrantes do Bloco; - Mercado Comum – Os países membros suprimem todos os óbices referentes ao livre trânsito de bens, mão de obra e capital. As restrições comerciais são eliminadas e é franqueada a livre circulação de pessoas e de empresas estabelecidas entre os países signatários; e - União Econômica – é a supressão de toda e quaisquer restrições ao movimento de mercadorias, com a consolidação por parte dos Estados integrantes de políticas governamentais comuns e devidamente harmonizadas entre si. (GOES *apud* CAMPOS, 2012, p. 24-25).

O Mercosul está na categoria de união aduaneira imperfeita e, portanto, tende a apresentar características em sua estrutura que não se corroboram totalmente com o conceito de plenitude de uma união aduaneira e se distancia do conceito de União Econômica.

Existe um fenômeno do qual a América-Latina faz parte e, em especial a América do Sul, chamado de regionalismo aberto. Esse fenômeno consiste numa

disposição efetiva de um real processo de liberalização comercial e de integração regional com o mundo (ALMEIDA, 2014, p. 52). Porém, quando esse fenômeno se manifesta no continente latino-americano, é sempre nos tipos de acordos regionais, limitados ao comércio de bens, que põem de um lado os Estados Unidos e do outro os países, individualmente, do continente.

Para Patrício (2012) o que interessa a UE é exatamente aumentar a sua influência na região sul americana e desviar ainda mais a corrente de comércio entre os países do continente e os EUA em direção a União Europeia, onde um acordo de livre comércio com o mercado do Cone Sul abriria um espaço para acordos (uma aliança estratégica¹⁸) que interessassem ao bi-regionalismo EU/Mercosul e aumentando ao mesmo tempo a influência europeia em relação à norte-americana na região.

Quanto ao regionalismo aberto, pode-se afirmar que tem como consequência o fato de que os acordos firmados dependem, exclusivamente, dos tipos de políticas macroeconômicas adotadas pelos governos do continente, que podem resultar em impedimento ou limitação dos fluxos de investimento, da integração das cadeias produtivas e da livre circulação de pessoas entre os países da região, ou seja, dificultam, em última instância, uma integração maior da América-Latina.

Na América do Sul, ao se comparar os dois grandes blocos de acordos econômicos reunindo as maiores economias do continente, Aliança do Pacífico – formada por México, Costa Rica, Chile, Colômbia e Peru – e o Mercosul, que possuem propostas semelhantes no campo econômico, é percebido que as economias da Aliança do Pacífico obtiveram maior êxito nos acordos comerciais firmados extrabloco e na redução de tarifas internas do comércio intrabloco¹⁹ do que o Mercosul.

O processo de expansão do Mercosul com a adesão de novos Estados-partes é feito de maneira incongruente, já que a adesão da Venezuela em 2012, se deu mais no sentido de “fuga” daquele país da esfera de influência norte-americana, do

¹⁸ Em 2007 foi assinado um acordo entre o Brasil e a UE chamado de Acordo de Parceria Estratégica onde ambos signatários se comprometeram em discutir questões de políticas setoriais nas áreas de transportes marítimos, da ciência e tecnologia, da ciência da informação, da energia, do emprego. Contemplaram ainda as questões de saúde e educação, do desenvolvimento regional, cultural e de questões sanitárias e fitossanitárias. (PATRÍCIO,2012)

¹⁹ Para mais informações ver o trabalho ALIANÇA DO PACÍFICO VS MERCOSUL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOB O PONTO DE VISTA ECONÔMICO E INSTITUCIONAL. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/CEN/article/view/6425/4038>>. Acesso em 19 de junho de 2018.

que no potencial que a Venezuela apresentava como *player* econômico mundial e regional.

A Bolívia, em processo de adesão plena ao bloco, encontra-se sob a mesma política que um dia orientou a entrada da Venezuela no Mercosul, ou seja, a adesão da Bolívia se dá mais pelo aspecto de alinhamento desse país com os demais Estados-parte, do que na sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do bloco. Nos anos mais recentes, com a chegada ao poder de políticos alinhados à direita – Temer no Brasil e Maurício Macri na Argentina – a ideologia que gerava a aproximação de governos da Venezuela e Bolívia com a Argentina e Brasil, não se faz mais presente.

É importante salientar que as relações entre Brasil e Argentina – que como foi explicado anteriormente, formavam o embrião do Mercosul – passam, na história recente, por flutuações onde há momentos de total cooperação entre os dois países até momentos de animosidades, principalmente do lado argentino.

A Argentina, que desde sua crise de 2001, encontrava obstáculos na obtenção de financiamentos internacionais, firmou em 2014, um acordo com a China, onde este país obteve livre acesso ao mercado interno argentino em troca de financiamento à indústria argentina.

O acordo Argentina-China teve, por consequência, o “isolamento” do Brasil frente à concorrência chinesa de produtos manufaturados, tornando o mercado argentino, um dos maiores consumidores de produtos industrializados brasileiros, menos receptivo à importação de produtos brasileiros, mesmo a Argentina e Brasil sendo membros do Mercosul²⁰. Diante de tal quadro é possível perceber que as medidas tomadas de forma unilateral tendem a agravar o processo de integração do bloco.

Os problemas da integração dos países do Mercosul são reconhecidos internacionalmente e prevalece a opinião de que permanecendo esses problemas o Mercosul não avançará no projeto interno de modernização de suas estruturas produtivas. A UE, através do Programa Estratégico para o Mercosul, liberou 50 milhões de euros para serem aplicados em projetos de sustentabilidade. Essa verba foi liberada após estudos conjuntos da UE com o Mercosul que detectaram setores extremamente frágeis e que deveriam ser prioritariamente socorridos. A quantia

²⁰ Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,acordo-isola-o-brasil-e-abre-a-porta-da-america-do-sul-a-china-imp-,1621419>>. Acesso em 19 de junho de 2018.

acima mencionada deveria ser investida nos assim chamados pontos sensíveis da integração do Mercosul.

Além dos problemas de infraestrutura os países europeus, diga-se a, EU, sugerem que aos países do Mercosul solucionem seus problemas de “déficits normativos” através, é claro, de reformas neoliberais que contemplem a adoção de reformas nas leis trabalhistas e sociais e reforma no sistema tributário, por exemplo. De acordo com Thorstensen (*et. al. p. 10-11, 2014*) entre os projetos financiados há, por exemplo, o Projeto Econormas de Apoio ao Aprofundamento do Processo de Integração Econômica e ao Desenvolvimento Sustentável do Mercosul, cujo objetivo é auxiliar a implementação de normas de SPS com foco em agricultura.

Dever ser lembrado que o Mercosul surgiu em um contexto econômico e político de forte pressão norte-americana, nos anos de 1990, sobre os países do Cone Sul. A proposta norte-americana de criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) daria aos EUA maior poder de dirigir o comércio da região.

Apesar do cerco norte-americano a partir do comércio bilateral com o México, com a Colômbia, com o Chile e com os países do Caribe, os países da região sul americana reagiram e levaram adiante a formação, mesmo que frágil, do Mercosul. De acordo com Medeiros (2012) “tal projeto de afirmação de um bloco integrado permitiria aos países da região obter maior poder de barganha, maior coesão econômica e social e influência política nos fóruns e organismos multilaterais”.

De forma similar as observações da UE sobre as fragilidades do processo de integração dos países do Cone Sul do continente americano, Medeiros (2012) também adverte para os problemas das assimetrias entre os países quanto às suas estruturas econômicas e de poder, quanto às suas estratégias formais de integração e seus regimes de política econômica que se desenvolveram nos últimos anos na América do Sul. A persistência desses problemas é incompatível com as propostas regionais de integração econômica.

Esses problemas estruturais do Mercosul não foram solucionados no final do século XX, momento histórico esse em que a totalidade dos países que conformam o Mercosul voltaram-se para as práticas de políticas macroeconômicas de cunho predominantemente neoliberal. Os diferentes câmbios regionais apreciados, altas taxas de juros, dezenas de políticas tarifárias, setores manufatureiros defasados em todos os países do bloco e a fé na minimização da intervenção do Estado nacional

como agente econômico ativo, parecem problemas longe de serem solucionados no atual século XXI.

A heterogeneidade tecnológica apontada pela CEPAL no período clássico da industrialização da América do Sul ainda persiste de forma consistente. Já foi detectado por vários estudiosos (Myrdal, 1960; Furtado 1986, Prebisch, 1962; etc.) que diferentes regiões e países não se desenvolvem de forma convergentes e geralmente o país ou região que detém maior e melhor estrutura industrial retém

[...] vantagens associadas às economias de escala e aprendizagem tecnológica espacialmente localizada e concentrados nas atividades industriais. Desse modo, devido ao princípio da “causação cumulativa”, os países de menor grau de desenvolvimento ou as áreas dentro de um país podem permanecer prisioneiros em uma especialização regressiva e, a menos que consigam obter escalas para suas indústrias e mecanismos de indução, não é possível ampliar a divisão social do trabalho e mudar suas estruturas produtivas. (MEDEIROS, 2008, p. 6)

Dada a passagem acima, percebe-se que o sucesso da integração econômica do Cone Sul e, por conseguinte, do Mercosul, não depende apenas da proximidade territorial entre os países da região ou do bloco, sendo esta uma questão menor. A importância do Mercosul passa necessariamente pela grandeza de sua industrial ou mais precisamente pela tipologia de sua estrutura industrial que é composta preponderantemente por industriais tradicionais.

Falta no Mercosul um país que seja capaz de orientar, pelo transbordamento tecnológico do seu parque industrial, a produção de tecnologia regional. No Mercosul prevalece a produção e a exportação de *commodities*, e não de bens de capital sendo estes os produtos que de fato qualificariam as estruturas produtivas dos países do Mercosul. A passagem ajuda a entender o problema explicitado:

Se o padrão de especialização comercial predominante entre países vizinhos for o de exportação de produtos primários voltados para a economia mundial, são escassas as possibilidades de integração. A inexistência de complementaridades na estrutura produtiva, a exiguidade do mercado regional em relação ao mercado mundial, o desenho da infraestrutura, tornam muito limitadas as vantagens do comércio regional. Mas se a regionalização pode ser um instrumento a favor da industrialização, nada garante que os países mais atrasados possam se beneficiar das vantagens de um maior mercado interno através das exportações industriais e estas poderão ser capturadas apenas pelos países mais avançados. (MEDEIROS, 2008, p. 6)

Ou seja, nada indica que no curto prazo os países do Mercosul diminuirão suas assimetrias e nem mesmo que superarem a crise de desindustrialização dos seus principais países (Brasil e Argentina). Soma-se a este fato a recente expansão das importações de *commodities* do mercado mundial desde o início dos anos 2000, levando os países do Mercosul a privilegiarem as relações bilaterais com a EU, como mencionado anteriormente, com a Ásia e com a África, colocando o Mercosul em segundo plano.

As exportações destinadas ao MERCOSUL, provenientes dos países do bloco, caíram de 14% do total das exportações em 2000 para 11% em 2004 (MEDEIROS, 2008). Ao mesmo tempo foi aprofundado na região um regime produtor que se convencionou chamar de reprimarização, caracterizando a posição e a função histórica e secular de exportadores de matérias primas dos países da região em geral, e do Mercosul em particular. A importância do Mercosul no processo de integração do continente passa necessariamente pela superação de todos esses percalços estruturais e históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado no primeiro capítulo é possível perceber que a integração político-econômico-social foi realizada de maneira disforme, já que, as assimetrias estavam presentes desde o período histórico abordado (anos de 1940) até os dias atuais. Em todo contexto latino-americano, os Estados da região sempre foram conectados à economia internacional como economias complementares, cuja dependência econômica dos mercados internacionais e das nações mais desenvolvidas formaram fator preponderante no subdesenvolvimento da região. Há de salientar que a influência norte-americana é forte e ocupa lugar de destaque na América-Latina, onde os EUA agem não só no aprofundamento da dependência desses países no campo econômico, como também influenciando na esfera política dessas nações. É possível perceber também que os esforços feitos no sentido integracionista das nações latino-americanas não se traduziram em ações práticas que trouxessem o desenvolvimento para as mesmas.

Como registrado no corpo do presente trabalho, o Mercosul foi abordado de maneira específica. Buscou-se analisar o contexto histórico da sua criação e da sua “trajetória” até a contemporaneidade, levantando dados que trouxessem concisão e relevância aos caminhos do Mercosul como união aduaneira e futuro bloco econômico. Os países que integram o Mercosul também foram levados em consideração. O Brasil, por exemplo, como maior e mais diversificada economia da região e a nona do mundo²¹ não se mostrou capaz, até o momento, de liderar o desenvolvimento do bloco concomitantemente ao seu próprio desenvolvimento, o que leva a crer que as assimetrias e as disparidades das agendas econômicas dos países do bloco ainda estão presentes e são fatores que divergem da consolidação total do Mercosul enquanto bloco econômico.

Ademais, buscou-se abordar os entraves que o Mercosul enfrentou e enfrenta, além dos avanços obtidos pelo bloco em fundamentar o seu processo de integração regional em relação aos países que o formam e em relação a outros blocos econômicos regionais. Levou-se em consideração os avanços apresentados até agora pelo Mercosul, mas esses avanços ainda são incipientes se trouxéssemos

²¹ Dados de 2016 do FMI. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/o-ipri/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp>. Acesso em 02 de julho de 2018.

para a análise todo o potencial que o bloco apresenta como *player* econômico mundial.

Por fim, conclui-se que o maior obstáculo para a consolidação do Mercosul, e conseqüentemente, a integração Latino-Americana, é a falta de interesses comuns entre os governos dos países da região. Apesar dos avanços que o Mercosul trouxe desde sua criação até hoje, existem barreiras na falta de consenso comum no desenvolvimento dos países membros que se traduz na tomada de medidas e ações unilaterais, privilegiando acordos específicos entre países individuais que prejudicam o avanço da consolidação do bloco. Em teoria, o Mercosul possui capacidade de crescer e ser importante instrumento do processo de integração, mas na prática, ainda há um longo caminho a percorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **O Brasil na Rodada Uruguai do GATT: 1982-1993.** 1994. Disponível em: <www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/download/1222>. Acesso em: 04 jun. 2018.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Mercosul: do otimismo à resignação. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, v. 16, p.45-56, jan./abr. 2013. Quadrimestral. Disponível em: <ipea.gov.br>. Acesso em: 04 jun. 2018.

ARAÚJO, Lucas Gomes Dantas de. Aliança do Pacífico vs Mercosul: Uma Análise Histórica sob o Ponto de Vista Econômico e Institucional. **Carta de Economia e Negócios**, Brasília, v. 2, n. 2, p.1-16, ago. 2015. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/CEN/article/view/6425/4038>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fábio. **A Crise Brasileira de 1998/1999: Origens e Consequências.** 2000. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Textos_para_Discussao/200005_3.html>. Acesso em: 04 jun. 2018.

BENATTI, Adriana Souza. **Processo de Substituição de Importações: Uma Estratégia de Desenvolvimento para a América Latina Experiências Comparadas - Brasil e México (1929-1980).** 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Acordos Extraregionais do Mercosul.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/695-acordos-extrarregionais-do-mercosul>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

CALIXTRE, André Bojikian; BARROS, Pedro Silva. O Banco do Sul e o Brasil na Agenda da Nova Arquitetura Financeira Regional. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, v. 3, p.19-25, jul. 2010. Mensal. Disponível em: <ipea.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CAMPOS, Ricardo Ibsen Pennaforte de. **Mercosul e suas Implicações para a Integração Regional.** 2012. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, Carlos Eduardo et al. Banco do Sul: a Proposta, o Contexto, as Interrogações e os Desafios. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v. 8, n. 15, p.113-135, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82343>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

DEOS, Simone S.; WEGNER, Rubia C.. Cooperação Financeira no Mercosul: Um Passo Imprescindível para o Fortalecimento da Integração. **Boletim de Economia e**

Política Internacional, Brasília, v. 5, p.72-80, jan./mar. 2011. Trimestral. Disponível em: <ipea.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FERRARI, Andrés; CUNHA, André Moreira. As Origens da Crise Argentina: uma sugestão de interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2, p.47-80, ago. 2008. Mensal. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n2/a03v17n2.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

FOCEM, Unidade Técnica do. **FOCEM: Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL**. 2016. Disponível em: <https://focem.mercosur.int/docs/FOCEM_pt.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986. 339 p.

FISHLOW, Albert; CARDOSO, Eliana A. Desenvolvimento econômico da América-Latina: 1950-80. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 44, p. 311-335, jul. 1990.

KUME, Honório; PIANI, Guida. A Tarifa Externa Comum no Mercosul: Avaliação e Perspectivas. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, v. 5, p.17-26, jan./mar. 2011. Trimestral. Disponível em: <ipea.gov.br>. Acesso em: 04 jun. 2018.

MATTEI, Lauro; SANTOS JÚNIOR, José Aldoril dos. Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 1, p.93-115, jan./abril. 2009.

MEDEIROS, Carlos. Os dilemas da integração Sul-Americana. Disponível em www.excedente.org. Acesso em 15 maio de 2018.

MELLO, João Manuel Cardoso de. A industrialização retardatária. In: MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revelação Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira**. 10. ed. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998. Cap. 2. p. 102-184.

MELLO, João Manuel Cardoso de. A industrialização retardatária. In: MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revelação Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira**. 8. ed. Editora Brasiliense, 1991. Cap. 2. p. 89-173.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 2ª edição, Editora Gerald Duckworth. Rio de Janeiro, 1960.

NARDO, Aulo Pércio Vicente. Comportamento da Balança Comercial Brasileira com o Mercosul por Pauta de Intensidade Tecnológica do Produto no Período de 1994 a 2009. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, v. 5, n. 0, p.41-52, jan. 2011. Trimestral. Disponível em: <ipea.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2018.

Patrício, Raquel de Caria. O BRASIL como parceiro estratégico da UNIÃO EUROPEIA: as relações BRASIL-UNIÃO EUROPEIA. Disponível em www.paperroom.ipsa.org/papers/paper_26081. Acesso em 22 de maio de 2018.

PINTO, Luiz Fernando Sanná; SEVERO, Luciano Wexell. O Sistema de Pagamentos em Moeda Local e suas Potencialidades para o Mercosul. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, v. 5, p.81-85, jan./mar. 2011. Trimestral. Disponível em: ipea.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2018.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. Nações Unidas, Chile, 1962.

RODRÍGUEZ, Rodolfo H.. **Mercosul**: Um Processo de Integração. 1995. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wcdsj/pdf/organizacao-9788575413982-01.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SOUZA, Adriano Martins de; BASTOS, Luciana Aparecida. A Evolução Comercial Intra-Bloco dos Países-membros do Mercosul. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 4., 2009, Macaé. **Anais**. Macaé: Ufrj, 2009. p. 1 - 7. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_sociais/01_SOUZA_BASTOS.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil: O Caso do Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: Ensaios sobre a Economia Brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. Cap. 2. p. 59-124.

Thorstensen, Vera. RAMOS, Daniel. NOGUEIRA, Thiago. GIANESELLA, Fernanda. Brasil e União Europeia na OMC: relações econômicas, disputas comerciais, crise financeira e câmbio. Disponível em www.bibliotecadigital.fgv.br. Acesso em 13 de maio de 2018.

VIGEVANI, Tullo. Questões Políticas no Mercosul (Brasil e Argentina): Crise ou Aprofundamento. In: CATANI, Afrânio Mendes; GONZÁLES, Horácio. **América Latina**: impasses e alternativas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991. p. 191-211.